

Conclusões e perspetivas futuras

Em conclusão, a iniciativa VITINDEMNE congregou o ADS Estremoz, FMV e 8 explorações piloto de bovinos aleitantes do Alentejo num projeto de controlo das doenças BVD, IBR e CGB. O projeto demonstrou, apesar dos seus condicionantes externos (ausência de homologação da NORMA DGAV e pandemia), a possibilidade de estabelecer um programa de controlo e subsequente erradicação das doenças através de um calendário faseado de ações. Face à prevalência da BVD e IBR no Alentejo, um componente fundamental do programa é a biossegurança. No caso da BVD, face à testagem de todos os animais e refugo dos PIs é possível conseguir um controlo e erradicação mais precoce da doença. Neste contexto será possível atribuir no imediato o certificado de “animal não PI”, de “exploração livre de BVD” e inclusive o de “exploração certificada livre de BVD” a algumas explorações aderentes, de acordo com a NORMA. O atual estatuto de indemne em todas as explorações aderentes, reforça a necessidade estrita dos procedimentos de biossegurança, sobretudo se a exploração desejar alcançar o patamar de “Certificada Livre de BVD” que exclui a profilaxia vacinal.

No caso da IBR, a circulação do vírus, à semelhança da região do Alentejo, é ainda expressiva. A anterior vacinação com vacina não marcada em algumas explorações, pode ter condicionado a presença de elevada prevalência de animais positivos e a impossibilidade da certificação. Nestes casos, apenas o refugo continuado destes animais e eventual vacinação com vacina marcada, poderá levar à certificação de “Livre de IBR”. Já o estatuto sanitário de “Certificada Livre de IBR”, que pressupõe ter suprimido a vacinação há pelo menos 2 anos, demorará a ser atingida, face à aparente prevalência da doença na região e aos estritos requisitos de biossegurança que tal implica. Sugere-se a introdução na NORMA da possibilidade de nos efetivos com anterior vacinação com vacina não marcada se fazer sobretudo a testagem das fêmeas sentinelas para se avaliar a circulação do vírus.

No caso da CGB, a testagem de todos os touros antes da época reprodutiva ou a utilização de sémen certificado para inseminação artificial são um instrumento decisivo no controlo da doença e manutenção do estatuto sanitário de INDEMNE. Neste contexto, a movimentação de animais deverá ser realizada apenas entre explorações indemnes à doença.

Como perspetivas futuras, a extensão desta iniciativa a outras explorações do Alentejo e a outras regiões do país, proporcionará o alargamento dos beneficiários ao nível regional e nacional. Em primeira instância, os agentes económicos diretamente beneficiados serão as explorações agropecuárias. De fato, o controlo das doenças infecciosas alvo desta iniciativa traduzir-se-á num aumento da eficiência reprodutiva com incremento no número de vitelos desmamados por vaca/ano e conseqüentemente na rentabilidade económica da exploração bovina aleitante. Por outro lado, a atribuição do estatuto sanitário à exploração permitirá o aumento da sua competitividade comercial, abrindo novas portas para a certificação sanitária de reprodutores, aumento do espaço comercial nacional e abertura do espaço de exportação. Os resultados e experiência desta iniciativa permitirão que outras organizações em outras áreas geográficas possam vir a ser desenvolvidas.

Também à escala regional, a melhoria da sustentabilidade económica dos produtores trará benefícios para a economia local e contribuirá para a diminuição da desertificação das zonas rurais do Alentejo. À escala global, a melhoria dos indicadores reprodutivos trará também vantagens do ponto de vista ambiental, ao diminuir o número de animais improdutivos nas pastagens e a conseqüente emissão de metano para a atmosfera.